

Exm^a Senhora Ministra da Saúde,
Exm^a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Temos vindo a assistir nos órgãos de comunicação social a situações de pânico generalizado e formas de atuar (como nos Lares de Famalicão e de Vila Real) com as quais não concordamos e que alertamos para que V. Exas urgentemente emanem diretrizes rápidas e claras sobre a melhor forma de atuar, sob pena de em poucos dias não termos profissionais para trabalhar/cuidar de doentes/idosos/pessoas com deficiência, nem hospitais com capacidade para receber doentes, tal como já aconteceu e acontece em Itália e Espanha.

A estratégia tem de ser outra e a ANCC e suas associadas querem partilhar algumas ideias de atuação.

Os utentes e colaboradores deveriam ser agrupados em infetados e não infetados, ou seja, colaboradores infetados com sintomas ligeiros ou assintomáticos podem continuar a prestar cuidados com os seguintes pressupostos:

- a) Profissionais infetados não deverão prestar cuidados a utentes não infetados por serem considerados utentes de risco;
- b) Utentes não infetados só podem ser cuidados por profissionais não infetados.
- c) Utentes e profissionais não infetados em que os utentes não necessitam de cuidados médicos e de enfermagem, podem ficar alocados em edifícios tipo Centro de Atividades Ocupacionais/centros de Dia/Lar Residencial/Lar de Idosos.
- d) Utentes infetados e profissionais infetados, podem ficar alocados em estruturas de cuidados continuados que têm características idênticas às dos hospitais (tais como oxigénio/vácuo/ e nalguns casos também ar comprimido).
- e) No caso de edifícios com mais que um piso, podem agrupar-se por piso (utentes e trabalhadores infetados num piso e utentes e trabalhadores não infetados noutra piso). Não obstante, profissionais infetados podem trabalhar com profissionais não infetados, na mesma equipa, obviamente com todas as medidas de proteção individual e apenas prestar cuidados a utentes infectados.
- f) as instituições devem poder partilhar entre si profissionais e instalações sendo que isto deve ser feito ao nível local e ser centralizado na Câmara Municipal por ser mais ágil e por melhor conhecer as realidades locais (naturalmente com toda a articulação com os serviços de saúde e segurança social).

Pensamos que esta é a melhor solução e os trabalhadores podem ficar a dar igualmente o seu contributo, cuidando das pessoas e estarão assim todos de quarentena.

A proteção civil e as forças armadas, cruz vermelha, etc podem fornecer camas para estes colaboradores e tudo se organiza. Não pode nem deve é acontecer o que já está a acontecer sob pena de colapso das estruturas existentes e faltas de recursos humanos. Se houver algum trabalhador cuja família precise do seu apoio, a própria instituição tem de procurar ajudar a cuidar, ou alguém se responsabiliza por cuidar (de preferência na família mas até entre colegas, vizinhança, etc), ou mesmo através dos serviços municipais e/ou de Segurança Social.

Desta forma todos continuam a dar o seu contributo e não há cadeias de transmissão.

Alguém que entretanto começa a ter sintomas de estar a ficar pior vai para o hospital, naturalmente, aciona-se os meios próprios.

Achamos que não estamos errados neste raciocínio e não nos parece haver outra forma pois não tarda ninguém cuida de ninguém e não há estruturas hospitalares suficientes para tantas pessoas.

Mandamos este contributo com as nossas ideias e certamente ao discutir-se isto haverá mais ideias e mais contributos.

Pedimos assim ao Governo que, urgentemente, estas questões sejam discutidas e estamos disponíveis também para o fazer em conjunto convosco; pois é urgente criarem-se orientações claras a propósito de como lidar com estas situações, uma vez que o que está a acontecer atualmente é insustentável, caso o problema se multiplique (como achamos que vai acontecer). Pelo que antes que surja a complicação, há que dar orientações claras e precisas de como atuar e otimizar os recursos humanos, sem o pânico instalado.

Solicitamos ao Governo que a ANCC, possa estar presentes nas reuniões do sector social com o Governo para uma melhor articulação, sobretudo no que aos Cuidados Continuados diz respeito, uma vez que nunca reconhecemos, e continuamos a não reconhecer, nos representantes da CNIS e União das Misericórdias conhecimento suficiente sobre estas matérias, infelizmente, e cujas declarações feitas recentemente pelos próprios nos diversos órgãos de comunicação social nos demonstram isso mesmo.

Ficamos, como sempre, ao dispor para o que de nós precisarem

Cumprimentos,

José Bourdain

Presidente da Direcção



ANCC - Associação Nacional dos Cuidados Continuados
Rua dos Recreios Desportivos de Algueirão, nº 9
2725-117 Algueirão – Mem Martins
Contactos: 219 225 808